

Cachoeiro de Itapemirim, 27 de fevereiro de 2025

Comunicado: 006/2025

STF AFASTA A COBRANÇA DE ISS SOBRE OPERAÇÕES DE INDUSTRIALIZAÇÃO POR ENCOMENDA

Às Empresas Associadas,

O STF definiu controversa jurídica, existente há pelo menos 20 (vinte) anos, referente a incidência do ICMS ou ISS em etapas intermediárias de produção de objetos destinados à comercialização ou à industrialização.

Relembrando. Muitas empresas do setor de Rochas Ornamentais sofriam com dúvidas acerca para quem deve ser recolhido o imposto a ser pago sobre as operações de industrialização por encomenda: para o Estado (ICMS) ou para o Municípios onde situada a empresa (ISS)?

Desde então, o empresário não tinha total segurança jurídica, posto que se recolhe o ICMS para o Estado, o Município entende que é devido o ISS e realiza a sua cobrança, e vice-versa.

É importante ressaltar que o STF já havia julgado operações similares, no qual o produto industrializado por encomenda é posteriormente destinado à integração ou utilização direta em processo subsequente de industrialização, ou de circulação de mercadoria (ADI 4.389, RE 606.960, ARE 839.976), definido pela incidência do ICMS.

A novidade é que o Supremo julgou especificamente o item 14.05 da Lei Complementar 116/2003, que descreve os serviços de *"Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos quaisquer"*. Essas operações fazem parte do dia a dia do setor de rochas ornamentais, tais como o (re) corte de blocos, beneficiamento de chapas, polimento, resinagem, dentre outros.

Segundo o entendimento da Corte Suprema é inconstitucional a incidência do ISS a que se refere o subitem 14.05 da Lista anexa à LC 116/03 se o objeto é destinado à industrialização ou à comercialização. Ou seja, **no caso incide o ICMS**.

Em relação as operações anteriores ao julgamento, o STF modulou os efeitos da decisão da seguinte forma:

A não incidência do ISS passa a valer a partir da data de publicação da ata de julgamento da decisão, para:

- a) impossibilitar a repetição de indébito do ISS em favor de quem recolheu esse imposto até a véspera da referida data, vedando, nesse caso, a cobrança do IPI e do ICMS em relação aos mesmos fatos geradores;
- b) impedir que os municípios cobrem o ISS em relação aos fatos geradores ocorridos até a véspera daquela data (cobrança retroativa).

Ficam ressalvadas

- (i) as ações judiciais ajuizadas até a véspera da mesma data, inclusive as de repetição de indébito e as execuções fiscais em que se discuta a incidência do ISS, e;
- (ii) as hipóteses de comprovada bitributação relativas a fatos geradores ocorridos até a véspera da mencionada data, casos em que o contribuinte terá direito à repetição do indébito do ISS e não do IPI/ICMS, respeitado o prazo prescricional (05 anos), independentemente da propositura de ação judicial até esse marco. No caso de não recolhimento nem do ISS nem do IPI/ICMS, o Tribunal entendeu pela incidência do IPI/ICMS em relação aos fatos geradores ocorridos até a véspera da publicação da ata de julgamento do mérito.

Não obstante, é importante ainda ressaltar que para as operações ocorridas no Estado do Espírito Santo, as empresas do setor devem ficar atentas ainda as regras de diferimento do ICMS nas operações de industrialização com rochas ornamentais prevista no Anexo III do RICMS/ES (Decreto 1.090-R/2002).

Ressalta-se que esse entendimento foi firmado pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal em julgamento ocorrido em 26/02/2025, nos autos do Recurso Extraordinário 882.461 (Tema 816), sendo que o inteiro teor do julgado ainda não foi publicado. Assim, havendo-se a necessidade de se complementar as informações, novo comunicado poderá ser expedido.

Por fim, a assessoria jurídica do Sindirochas, por intermédio do escritório **David & Athayde Advogados**, encontra-se à disposição de todos os associados para dirimir quaisquer dúvidas que possam surgir, por intermédio dos seguintes contatos: daniel@da.adv.br (Dr. Daniel Gomes) e; pelo telefone: (27) 98816-9279; rogerio@da.adv.br (Dr. Rogério David).

Atenciosamente,